

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR

APL DE MADEIRA, MÓVEIS E ARTEFATOS

CIDADE PÓLO: MANAUS



NEAPL

**Núcleo Estadual de Arranjos
Produtivos Locais**



ABRIL/2008

SUMÁRIO

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	p. 03
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO	
2.1 BREVE HISTÓRICO	p. 04
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO APL	p. 05
3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO	p. 10
3.1. ACESSO A MERCADOS INTERNO E EXTERNO	p. 11
3.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	p. 13
3.3. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO	p. 14
3.4. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	p. 17
3.5. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	p. 17
3.6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	p. 19
4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	p. 20
5. RESULTADOS ESPERADOS	p. 21
6. INDICADORES DE RESULTADO	p. 22
7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO	p. 22
8. AÇÕES PREVISTAS	p. 32
9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	p. 36
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	p. 37
REFERÊNCIAS	p. 39

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento foi realizada pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, que se fundamentou em uma abordagem de sensibilização e mobilização do protagonismo local, por meio de reuniões e oficinas, onde se registraram as informações sobre as ações realizadas e a realizar, como também o levantamento da etapa atual do segmento.

Neste processo se buscou a identificação de diversos aspectos, em especial as restrições que representam gargalos ao aumento da competitividade, a partir de uma concepção de pesquisa para conhecer os diferentes fatores intervenientes e conceber processos produtivos exemplares, não se reduzindo apenas a junção de várias áreas do conhecimento, mas, sobretudo, estabelecendo um fluxo de aglutinação desses saberes, definindo-se como norte a busca pela sustentabilidade.

O “I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional” (set/2006), organizado pela SECT, se caracterizou como um balanço dos APL’s no Amazonas, incluindo apresentações e debates sobre o status dos arranjos definidos como prioritários. Segundo a diretriz do MDIC durante a Oficina de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a APL’s – Região Norte (Fev/2007), o **APL de Madeira, Móveis e Artefatos**, assim como os demais selecionados, deveria ser validado junto ao GTP APL, no grupo dos cinco primeiros APL’s priorizados.

Os municípios selecionados inicialmente levando-se em conta as indicações do “Plataformas Tecnológicas”, foram validados na Oficina Estadual de APL’s (Maio/2007), os quais são: Manaus, Itacoatiara, Maués, Atalaia do Norte, Benjamim Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Jutai, Carauari, Eirunepé, Fonte Boa, Boa Vista do Ramos. Neste evento se discutiu a formalização do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, a metodologia de trabalho e a necessidade de visitas aos APL’s. Na ocasião, formou-se ainda o grupo de parceiros que se lançaram como membros e/ou indicaram outros, a saber:

Governo Estadual/Municipal: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado; SECT - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e vinculadas; SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e vinculadas; SETRAB - Secretaria de Estado do Trabalho; UEA – Universidade do Estado do Amazonas; IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas; IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas; ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável; AGROAMAZON – Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas; SEMDEL/PMM - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local.

Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus; EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias; UFAM - Universidade Federal do Amazonas; INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; DFA/AM - Delegacia Federal da Agricultura no Amazonas/Ministério da Agricultura e do Abastecimento; IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Sistema S: SEBRAE/AM - Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas; SESCOOP/OCB - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras; SESI/IEL - Instituto Euvaldo Lodi.

Instituições financeiras: Banco da Amazônia; AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas; BB - Banco do Brasil; CEF - Caixa Econômica Federal.

Sector empresarial: FIEAM - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; CIEAM - Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

Sistema C&T: FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa Industrial e Inovação Tecnológica.

Representação dos trabalhadores: CORECON – Conselho Regional de Economia; CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A partida para a elaboração deste plano foi dada na I Reunião do Fórum de Madeira, Móveis e Artefatos em junho/2007, realizada para apresentar o novo modelo de PDP e dividir tarefas. Ficou acertado que as organizações deveriam informar as ações realizadas, fornecendo indicativos de ações, estratégias e parcerias institucionais que venham culminar na implementação de atividades, a partir da

alocação de recursos, com o fim de promover a redução das desigualdades inter-regionais e a inclusão social, gerando ocupação produtiva e melhor nível de renda.

Em julho de 2007, realizou-se a II Reunião do Fórum de Madeira, Móveis e Artefatos, em que se definiram os municípios para a agenda de visitas aos APL's. Após esta definição, foram realizadas as visitas ao APL nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, em agosto/2007.

Em resposta ao solicitado pelo NEAPL, as instituições parceiras enviaram as informações disponíveis que foram incluídas na versão preliminar, posteriormente apresentada e discutida na II Reunião do Fórum (Nov/2007) para as devidas correções e consolidação das informações. Após aprovada, a presente versão foi apresentada ao GTP APL, contendo um elenco de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do APL de Madeira, Moveis e Artefatos na cidade pólo de Manaus e demais municípios selecionados no Amazonas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO

2.1 BREVE HISTÓRICO

02.10.2001 – Reunião de lançamento e sensibilização do APL (Programa Plataformas Tecnológicas do MCT) - avaliou-se a viabilidade e a oportunidade da cadeia produtiva dos recursos florestais madeireiros com as entidades locais, visando subsidiar o setor governamental na promoção do desenvolvimento, atacando os gargalos que impedem as bases de serem competitivas. Cadeia Produtiva de Madeira foi identificada como sendo composta pelas seguintes etapas: Disponibilidade de área; Manejo e exploração; Industrialização primária; Industrialização secundária; Logística de distribuição; e Mercado consumidor. Foram identificados os seguintes gargalos:

INSTITUCIONAL	CADEIA PRODUTIVA	ORGANIZACIONAL
- Problemas fundiários; - Alternativa econômica; - Criação de florestas públicas de produção; - Zoneamento econômico - Capacitação profissional; - Informação; - Falta de pesquisa; - Financiamento. - Formação profissional; - Legislação inibidora; - Opinião pública emocional; - Aproveitamento de espécies. - Isenção do ICMS in natura; - Custos dos insumos; - Energia elétrica; - Incentivos fiscais; - Pesquisa de logística; - Sistema de escoamento; - Apoio institucional; - Organização de cooperativas; - Promoção de espécies não tradicionais; - Promoção da marca Amazonas.	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> PROPRIEDADE </div>	- Desconhecimento da atividade; - Desconhecimento da legislação básica; - Ausência de equipe técnica. - Segurança e saúde; - Treinamento; - Desconhecimento de espécies. - Rotatividade; - Informação; - Falta de matéria-prima. - Desconhecimento do produto final; - Desperdício; - Inovação tecnológica; - Qualidade; - Layout; - Design; - Máquinas e equipamentos; - Logística desconhecida; - Desconhecimento do mercado; - Acompanhamento do mercado; - Produtos alternativos.
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> MANEJO/EXPLORAÇÃO </div>	
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> INDUSTRIALIZAÇÃO PRIMÁRIA </div>	
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> LOGÍSTICA DISTRIBUIÇÃO </div>	
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> INDUSTRIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA </div>	
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"> MERCADO CONSUMIDOR </div>	

09.11.2001 – segunda reunião do APL de Madeira/Móveis - Definiu-se nesta reunião cinco pontos estratégicos dentro dos gargalos identificados como prioritários:

- **Prospeção:** um amplo levantamento da situação atual e orientação para avaliar a condição econômica dos investimentos, como referência para elaboração de políticas e decisões de investimentos;
- **Aproveitamento de resíduos:** estudos que visem produzir peças pequenas com os resíduos para integrar a relação de produtos e também o uso de resíduos finais na geração de energia elétrica;

- **Modelos cooperativos para integrar pequenos proprietários:** modelos que possam servir às comunidades para integrá-los na produção de madeira, a organização dos pequenos proprietários de indústrias de madeira visando melhorias no rendimento econômico através de cooperativas de comercialização;
- **Estradas florestais e transporte:** pesquisas com produtos alternativos para acabamento e uso na construção de estradas florestais e desenvolvimento de equipamentos para transporte fluvial;
- **Estudo de espécies – ecologia e tecnologia na industrialização:** pesquisas para complemento de informações na elaboração do plano de manejo florestal e ao aproveitamento das espécies disponíveis.

19.02.2002 - Reunião onde se definiu os coordenadores dos projetos a serem elaborados e os participantes do treinamento em projetos cooperados

28.08. 2002 - Finalização dos 3 projetos de solução de gargalos do APL de Madeira Móveis e submissão à FINEP/MCT:

Projeto 1: Modelo de integração de produtores de madeiras do estado do Amazonas (MIPMEA)

Projeto 2: Prospecção do fluxo econômico da produção madeireira no estado do Amazonas

Projeto 3: Caracterização dos resíduos madeireiros e tecnologias para o aproveitamento econômico (APROREM)

Outubro/2002 – Nenhum projeto do APL de Madeira é aprovado pela FINEP

Outubro/Novembro 2002 – Através de ma articulação do Assessor Seixas Lourenço do MCT, tentou-se viabilizar os projetos de Madeira pela ADA. Mas esta ação não se mostrou efetiva (a ADA só tinha recursos para custeio) e em valor reduzido).

Setembro de 2004 – FINEP pede o reenvio dos projetos MIPMEA e APROREM, com cortes de orçamento inicial e através da modalidade de encomenda.

Dezembro de 2004 - Aprovação dos dois projetos de solução de gargalos do APL de Madeira/Móveis.

A criação do Núcleo de Gestão Compartilhada – NGTC em 2004, no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, interveniente nos projetos do MCT desde 2003, se constituiu em um apoio vital, posto que tem a missão prioritária de apoiar a manutenção e agregar novos recursos financeiros e, especialmente, gerar informações e conhecimentos que contribuam para a gestão do plano e a transferência, para a economia local, das soluções tecnológicas encontradas.

22 de agosto de 2006 – reunião preparatória, realizada pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, para tratar do I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional.

20 e 21 de setembro de 2006 – I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional, organizado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – retomada da discussão sobre APLs no Estado do Amazonas, com apresentações e debates sobre o estágio atual dos 4 arranjos que foram definidos como prioritários em 2002.

26.02.2007 - Reunião de Preparação da Oficina Estadual do Núcleo de APLs, na SEPLAN

23.05.2007 – Oficina Estadual do Núcleo de APLs, na SEPLAN, onde foi apresentado e formalizado o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas, discutida a metodologia de trabalho do NEAPL, a necessidade de visitas aos APLs e realizada apresentação do PDP de Bio -Indústria

11.06.2007 – Primeira reunião do Fórum de APL de Madeira e Móveis na SEPLAN, para apresentar o PDP e dividir tarefas

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO APL

O estado do Amazonas é o maior do país, com aproximadamente 1,5 milhão de km² possuindo assim uma considerável quantidade dos recursos florestais da região. A exploração florestal para fins madeireiros caracteriza-se no Amazonas como extrativismo vegetal empírico. Até a década de 70 se concentrava principalmente nos rios de água branca. A partir dos anos 80, houve um incremento na utilização de madeira oriunda de florestas de terra-firme, face à abertura de eixos viários nas proximidades de Manaus, notadamente no Distrito Agropecuário da SUFRAMA.

A maior característica da exploração é seu caráter seletivo, elegendo em torno de quatro espécies para a produção de laminados (sumaúma, copaíba, muiratinga e virola) e quatro dezenas de

outras espécies para produtos serrados, especialmente angelim-pedra e louros. A soma corre riscos iminentes de exaustão comercial do recurso.

O nível das enchentes determina se a safra é boa ou ruim. Nas várzeas, a extração é realizada nos meses de agosto a novembro, por ocasião das vazantes dos rios. A retirada e transporte fluvial das toras são realizados nos meses de fevereiro a junho, época das cheias.

A exploração em terra firme se concentra nas proximidades de Manaus e das sedes dos Municípios, em função dos eixos viários existentes. Tem como uma das principais características o seu atrelamento a um aumento da fronteira agrícola, como também aconteceu com as florestas naturais do Centro-Sul do país. Neste caso, o abastecimento das indústrias madeireiras está fortemente vinculado a existência do corte raso (desmatamento). A extração seletiva é o primeiro passo no processo. A instalação de serrarias, que não possuem um sistema de integração floresta/indústria (aquisição de matéria-prima de terceiros), tem acelerado esse procedimento no município de Itacoatiara e em outros.

A maioria das empresas do setor de madeira-móveis se situam na cidade de Manaus, apesar de existirem pequenos pólos moveleiros no Baixo Amazonas e na região do Alto Solimões, produzindo móveis em estilo colonial e popular (estantes, vitrines, prateleiras, armários, etc), para sala de jantar, dormitório, copa, cozinha, piscina e varanda.

Em virtude dos móveis industriais (gabinetes de eletroeletrônicos, caixas acústicas, máquinas de costura, relógios de parede e uma série de artefatos de madeira) exigirem alta qualidade na elaboração, acabamento do produto, rigorosa secagem e imunização, muitas empresas locais ainda não participam desse significativo mercado. Existem poucas empresas atuando no ramo de produção de artefatos de madeira. O mercado destes produtos vem apresentando uma rápida expansão tanto a nível interno como externo. Localmente, se projeta uma demanda de aproximadamente 15.300 peças/ano.

Manaus e Itacoatiara são municípios que, por concentrar o maior número de beneficiadoras de madeira, apresentam grande quantidade de resíduos. Portanto, a existência e proximidade das fontes de matéria-prima são fatores determinantes para que sejam dirigidos investimentos para instalação de empreendimentos que industrializem artefatos de madeira nestes municípios. Segundo o SEBRAE/AM, uma indústria para produzir 15.300 peças teria uma receita total de US\$ 194.732,00, com custo total de US\$ 76.865,00, e lucro bruto de US\$ 117.867,00 a.a.

O Amazonas possui um número total de 113 empresas (Gonçalves, 2001) cadastradas no IBAMA, categorizadas em Indústria de Madeira Serrada e Indústria de Beneficiamento de Madeira, e apenas 42 efetuaram movimento de madeira expressivo no período de 1999 a 2000. Entretanto, estas empresas geraram aproximadamente 2.400 empregos formais, um faturamento médio anual cerca R\$ 28.420.000,00, que, se comparado ao ano de 1997, apresentou uma redução de aproximadamente 42%. Isso representa minimização na arrecadação de tributos e conseqüente queda no investimento social.

Número de indústrias madeireiras no Amazonas

Segmento industrial	Número de Indústrias
Serraria	45
Beneficiado	39
Compensado	7
Lâmina	3
TOTAL	94

Fonte: STCP (2002)

Embora a especialização tenha se mostrado uma forma mais efetiva para viabilizar a indústria madeireira na região, ela caminha em sentido contrário à verticalização da produção, o que implica na necessidade de deixar o mercado de “commodities” para aumentar a competitividade das empresas madeireiras no Amazonas, ocupando mercados mais atrativos ou nichos de mercado. O nicho de mercado para produtos amazônicos certificados, ainda necessita ser quantificado.

Pensando na realização de ações de monitoramento e controle ambiental, fortalecendo medidas que favoreçam o desenvolvimento sustentável e oportunizem a inserção de produtos certificados, o programa Zona Franca Verde vem desenvolvendo uma intensa atividade de fomento. Procura-se estancar o avanço da atividade ilegal de extração, através do Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala. Dessa maneira, se conseguiu estimular a produção de 95.000m³ com atestado de origem. Com

estímulo ao processo de escolha e especificação da madeira adequada a cada tipo de uso no segmento, ainda pautado no conservadorismo e desinformação, há necessidade de se incorporar espécies alternativas com propriedades semelhantes às das espécies tradicionais.

O potencial de produção através de práticas sustentáveis é gigantesco. Porém a madeira é normalmente produzida sem critérios de manejo por inúmeras comunidades ribeirinhas, assentados e indígenas. O abastecimento em sua grande maioria é realizado através de pranchas obtidas de motosserra e transportadas em pequenas balsas ou ‘canôes’. As jangadas com toras de madeira de baixa densidade muito comuns no passado ainda podem ser encontradas em algumas localidades.

Do outro lado os micro e médios empresários alegam que o principal desafio para o desenvolvimento do setor é sanar a falta de matéria prima legalizada, resultante da ausência de políticas públicas que fomentem a atividade florestal. Os motivos mais comuns para não existência de manejo florestal apontado pelos empresários do Alto Solimões foram: falta de capital para investimentos, dificuldade de obter a documentação fundiária, aprimoramento tecnológico dos equipamentos de produção, inexistência de ATER e o grande número de terras indígenas.

A atividade madeireira na Região Amazônica está sujeita a legislações específicas com o intuito de que tal atividade seja desenvolvida de maneira sustentável e preservando o meio ambiente. Os principais aspectos legais que regem a atividade madeireira são:

Normas que regem a reposição florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – com as alterações da Lei 7.803/89) em seus artigos 19, 20 e 21. Instrução Normativa N.º 01/96 – MMA;

Normas que regulamentam o manejo florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal, Art. 15 e 19 / Decreto 1.282/94), Medida Provisória 1.511/95, Portaria Normativa N.º 048/95 - IBAMA;

Decreto 2.788/98: altera diversos artigos do Decreto 1.284/94. Uma das principais alterações, é a dispensa do EIA/RIMA para todos os Planos de Manejo Florestal e a determinação de tratamento diferenciado para pequenas e médias propriedades.

Estudos realizados na região Amazônica indicam que há necessidade e existem condições de formulação de um modelo mais equilibrado para o desenvolvimento do setor florestal/madeireiro, que leve em consideração a necessidade de perpetuação da atividade e de uma maior contribuição social para as populações que vivem na floresta. Para isso, o Estado definiu certos parâmetros para o desenvolvimento da atividade:

- Área de produção florestal delimitada com base na produção atual, e nas projeções de crescimento do setor para os próximos 10 anos, uma taxa de crescimento anual de 5%;
- Adoção do manejo sustentado, considerando princípios e diretrizes aceitas em níveis nacional e internacional, e as características das florestas em questão. Como indicativo inicial, bastante conservador, considera-se um incremento da floresta sob manejo sustentado de 0,7m³/ha/ano, e um volume de retirada de 20m³/ha;
- Consideração do mercado como elemento chave na implementação da sustentabilidade do setor florestal, sendo 50% do volume destinado ao mercado internacional e o restante para o nacional;
- Transformação do potencial em produtos na forma de serrados e laminados/compensados. Produtos de maior valor agregado deverão ser estimulados, e a médio prazo passariam a ser sustentáculo do aumento das receitas geradas pelo setor, em detrimento do aumento do volume de produtos primários;
- Implantação de unidades de produção de pequeno e médio porte.

Atualmente, a exploração de madeira para atender as laminadoras e parte das serrarias concentra-se principalmente nos rios Purus e Juruá e, em menor escala, nos rios Solimões e Madeira. As indústrias são abastecidas em grande parte por terceiros. Existe uma rede de três a cinco grandes comerciantes de madeira, que por intermédio de uma determinada escala de produção, tendo como base o sistema de aviamento, garante o abastecimento das indústrias. Até 1983, as indústrias financiavam os comerciantes (sistema de aviamento). Hoje, com exceção de alguns que buscam financiamento bancário, a maioria dos comerciantes de madeira trabalham com capital de giro próprio.

Os vários eixos existentes nas proximidades de algumas cidades facilitam a exploração madeireira em terra firme, como, p. ex. a BR-174 (área da UHE/Balbina, Distrito Agropecuário da SUFRAMA), AM-010 (Manaus-Itacoatiara) e AM-070 (Manaus-Manacapuru).

Os centros de produção de madeira, situados ao longo dos rios de água branca, têm sofrido alterações ao longo dos anos. As cidades de Tefé e Benjamin Constant são exemplos. Atualmente, a

produção concentra-se no Alto Purus, região de Lábrea que em 1993 representou aproximadamente 24% (117.994m³) da produção total do Estado e no rio Juruá, na área de influência da cidade de Carauari (que participou com 21% - 101.587m³). Essa mudança reflete a pouca disponibilidade de madeira, de boa aceitação no mercado, em várzeas já tradicionalmente exploradas.

Apesar da escassez e da falta de regularidade e qualidade dos dados, é possível elaborar um quadro com a diminuição da participação de microrregiões tradicionalmente produtoras de madeira em tora, a do Madeira, p. ex., com o deslocamento da produção para os municípios de Lábrea (Purus) e Carauari (Juruá). A madeira extraída em toras ou pranchas é comercializada principalmente na região e utilizada por indústrias na produção de madeira serrada, laminada e compensada, que juntas somavam em média, aproximadamente 600.000 m³/ano. A matéria-prima extraída de terra firme apresenta preços que variam de acordo com o município, distância, transporte e espécie. Oscila entre 15 a 44 dólares por m³ de tora. A madeira em forma de prancha fica entre 50 a 100 dólares por m³.

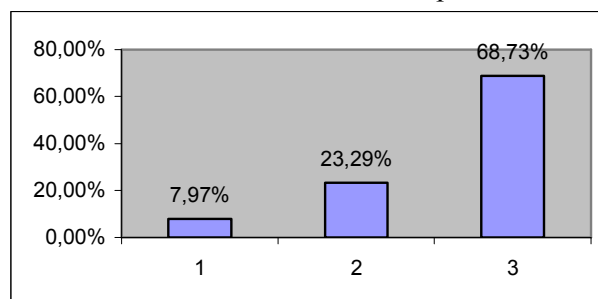
A exploração baseia-se em 17 espécies utilizadas nas serrarias: Angelim pedra; Louro(s); Jacareúba; Assacu; Copaíba; Cupiúba; Cedrinho; Sucupira; Piquiá; Virola; Andiroba; Mulateiro; Guariúba; Cedro; Tintarana; e Itaúba. Ainda são utilizadas por um menor número de empresas: mandioqueira, cedrorana, piquiarana, laranjinha, muiracatiara, amapá, paricarana, rabo de arraia, maçaranduba, cumaru, tanimbuca, macacarecuia, sapateiro, aruani, itaubão, pau d'arco, paracaxi, seringa, arurá, saboeiro e faveira, o que totaliza 38 espécies utilizadas. O número de indústrias instaladas apresentou aumento significativo na década de 1980. Já na década de 1990 houve uma estabilização no número de serrarias.

Ano	Indústrias Madeireiras Serrarias
1952	20
1959	27
1965	25
1972	46
1973	54
1984	97
1986	141
1990	130
1992	106
1994	106
1997	113

Fonte: Hummel et all, 1994

O Médio Amazonas concentrava a grande maioria dos estabelecimentos. Hoje a microrregião Manaus concentra o maior número de empresas. Estima-se uma capacidade de produção entre 200.000 a 300.000 m³/ano. A SUFRAMA cita uma capacidade de produção de 92.304m³ de laminados e 178.116m³ de compensados. Os dados sobre a industrialização e consumo de madeira no Amazonas são escassos e apresentam longos períodos de interrupção nas informações disponíveis.

Faturamento do Pólo Madeireiro por mercado



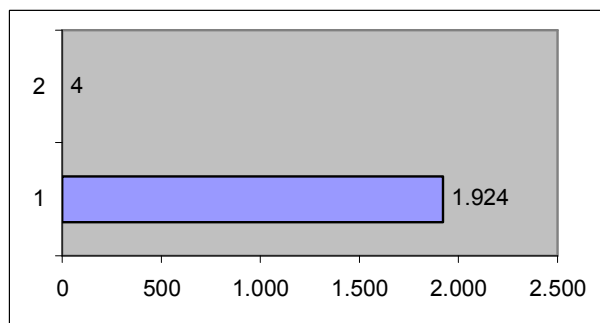
1 - Nacional // 2 - Regional // 3 - Exterior

Fonte: SEDEC/SUFRAMA, 2001.

Em 2001, o Pólo Madeireiro empregou, em média, 1.928 trabalhadores, sendo 1.924 efetivos e 4 terceirizados, segundo informações de 11 indústrias incentivadas, pertencentes a esta área e

integrantes do Sistema de Indicadores da SUFRAMA. A taxa média anual de rotatividade no emprego girou em torno de 1,82%. As três principais empresas em faturamento foram: Gethal-Amazônia; Mil-Madeira Itacoatiara e Madeiras Compensadas da Amazônia. As exportações alcançaram US\$ 11,61 milhões (1,40% do total exportado pelo PIM, em 2001), e os produtos de maior destaque foram: outros painéis de madeira; outras madeiras tropicais serradas; e outras madeiras compensadas. O faturamento atingiu US\$ 16,05 milhões, representando 0,18% do total do PIM, em 2001 (US\$ 9,06 bilhões). As vendas foram realizadas para os mercados regional (23,29%); nacional (7,97%) e exterior (68,73%).

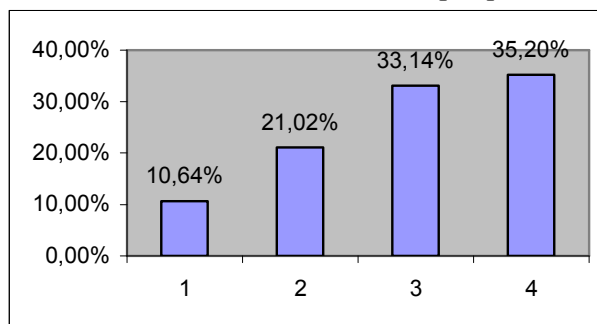
Mão-de-obra empregada no Pólo Madeireiro



1 - Efetivada 2 - Terceirizada
Fonte: SEDEC/SUFRAMA.2001.

Os três principais produtos, por ordem de faturamento, foram: outros painéis de madeira (33,14%); outras madeiras compensadas, folheadas, etc. (21,02%) e outras madeiras tropicais, serradas, etc. (10,64%). Os dados da indústria madeireira no Estado seguem a tendência geral da região amazônica onde predominam as de pequeno porte, o que limita sua competitividade com as indústrias de florestas plantadas que operam em larga escala, no mercado de “commodities”.

Faturamento do Pólo Madeireiro por produto



1 - madeiras tropicais// 2 - madeiras compensadas/ 3 - painéis de madeira// 4 - outros
Fonte: SEDEC/SUFRAMA.2001.

Nos países desenvolvidos, a atividade madeireira, na qual se contextualiza também a indústria moveleira e de artefatos, contribui com o maior percentual da produção. Esta condição é utilizada como indicador de desenvolvimento sócio-econômico desses países. Paradoxalmente, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento predominam sistemas com grandes empresas, que excluem os pequenos produtores das políticas oficiais, apesar de se constituírem um bom contingente de produtores e serem responsáveis por uma considerável parcela da produção. Nesse contexto, fica evidente a importância de se estimular mecanismos de desenvolvimento sustentável na Amazônia em pequenos sistemas produtivos, com efetiva participação dos micro e pequenos empreendedores no processo de produção. Na consolidação desses sistemas é fundamental o desenvolvimento de procedimentos tecnológicos adequados à realidade sócio-econômica dos produtores regionais. É importante, também, que neste desenvolvimento tecnológico sejam tomados os cuidados necessários para minimizar os impactos ambientais.

3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO

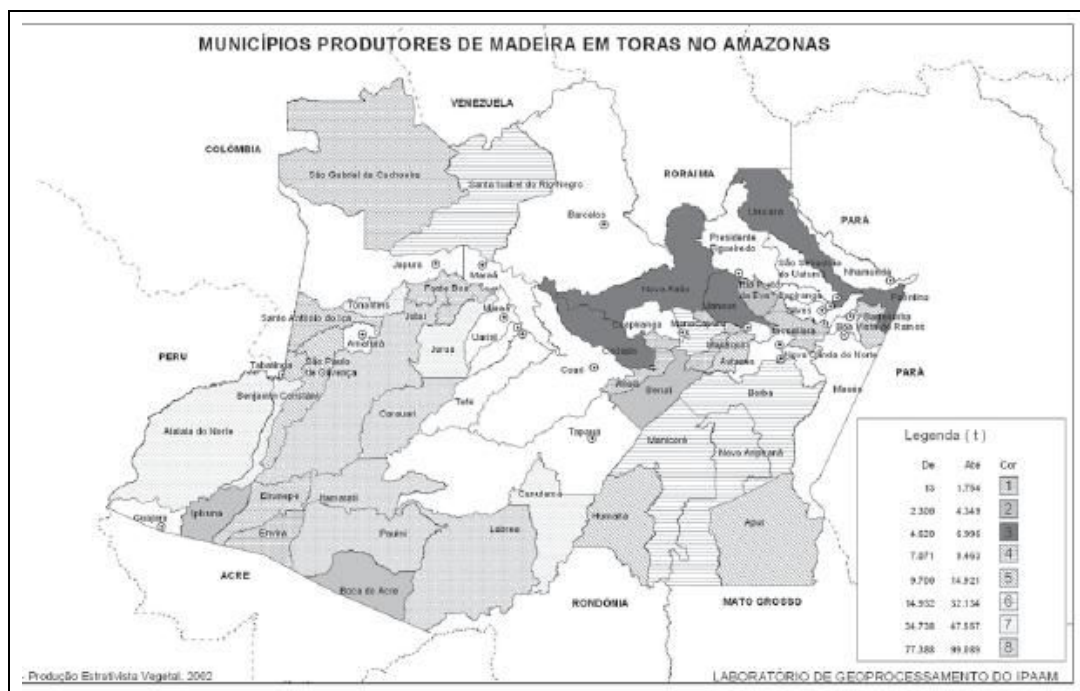
A madeira é o único recurso natural do Amazonas a apresentar ampla distribuição geográfica e alta liquidez no mercado. O proprietário de um pedaço de floresta bem manejada na região tem na madeira um bem de fácil conversão comercial e grande diferenciador na composição de sua renda.

No estado do Amazonas, onde mais de 95% da cobertura florestal estão preservados, essa regra se aplica como em nenhum outro da região. Em torno de 60% do território amazonense, ou 90 milhões de hectares, estão disponíveis para uso sustentável de suas florestas, nos quais o potencial madeireiro chega a 30 milhões de m³/ano, correspondente a toda a madeira que a Amazônia produz anualmente. A produção atual no estado é da ordem de 900.000 m³ anuais de madeira, menos da metade da de Rondônia e 15 vezes menor que a paraense, rende em torno de US\$ 13 milhões por ano em exportações, enquanto o Pará arrecada mais de US\$ 300 milhões.

Diferente dos outros estados, toda produção ainda pode se dar de forma sustentável. Entretanto, os desmatamentos do sul e os já sentidos até mesmo no Alto Solimões indicam que o Amazonas está sendo atingido pelo processo dominante no Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde a expansão econômica desordenada transforma a madeira em bem cada vez mais raro e valorizado pela escassez.

Para reorientar essa tendência e levar o setor madeireiro em direção à sustentabilidade, a SDS, através da Agência de Desenvolvimento Sustentável, vem implementando atividades ligadas à cadeia produtiva da madeira, visando o manejo florestal em pequena escala, comunitário e empresarial, bem como a certificação sócio-ambiental. No início, essa iniciativa contou com 26 planos de manejo em execução e 156 licenciados pelo IPAAM - grande parte no alto Solimões - que produziram 40.000 m³ de madeira em tora por ano e um faturamento bruto de cerca de R\$ 3,1 milhões. Chegar à escala que a sustentabilidade exige desse processo é o grande desafio do Governo e do setor madeireiro privado.

Isso faz com que a produção de madeira no estado tenha um perfil bastante semelhante ao dos demais estados da região: é oriunda, principalmente, do desmatamento e do corte seletivo não sustentável, e desconhece-se quanto dela é produzido legalmente. Assim, com a expansão da fronteira agrícola no estado, a produção de madeira tende a crescer de forma permanente.

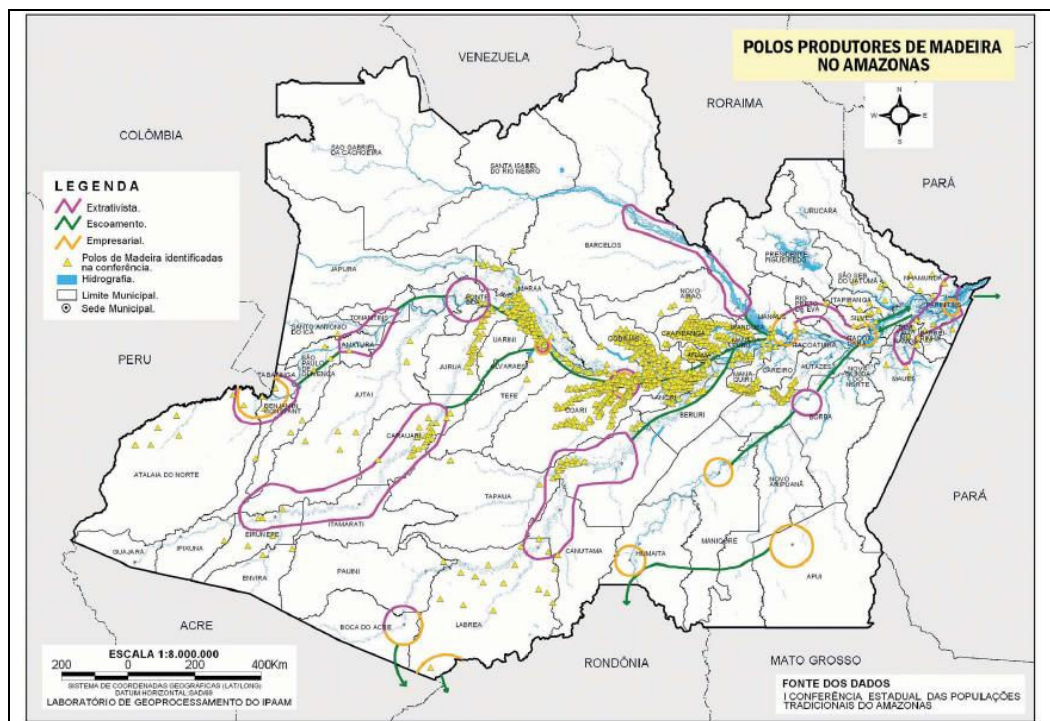


Para o IBGE, 43 dos 62 municípios amazonenses produzem madeira. Dentre os produtores, 19 apresentaram produção superior a 10 mil m³, em 2002, e respondem por 90% da produção estadual, os quais são (em ordem decrescente): Lábrea (99.089m³), Jutai (89.598m³), Itamarati (84.278m³), Carauari (83.379m³), Pauini (77.388m³), Canutama (47.557m³), Benjamin Constant (46.599m³),

Atalaia do Norte (39.577m³), Juruá (35.120m³), Tonantins (34.738m³), Manacapuru (32.134m³), Borba (28.774m³), Novo Aripuanã (16.011m³), Santa Isabel do Rio Negro (15.102m³), Manicoré (14.932m³), Careiro (14.921m³), São Paulo de Olivença (13.843m³), Apuí (11.313m³) e Tabatinga (10.813m³).

No mapa abaixo se pode observar a indicação dos seguintes pólos de extração/beneficiamento:

- Juruá (várzea): Eirunepé e Carauari.
- Purus (várzea): Lábrea e Boca do Acre (saída da madeira por Porto Velho) e Canutama e Tapauá (extrativismo de várzea avançando na terra-firme).
- Madeira (terra firme): Manicoré, Apuí (desmatamento), Humaitá (desmatamento) e Borba.
- Solimões (várzea): Fonte Boa, Javari, Coari, Tefé. Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga.
- Jutai (terra-firme).
- Médio Amazonas (terra-firme): Manaus, Itacoatiara, e Parintins, Boa Vista do Ramos e Maués.



Para os pesquisadores e técnicos do setor, no estado, a produção atual é menor de 100.000m³ na produção extrativista e maior de 200.000m³ na empresarial. Já a produção potencial é de dois milhões de metros cúbicos na produção extrativista e 50 milhões de m³ na empresarial.

Segundo o IBGE, a produção de madeira em tora do estado foi de 893.060m³, em 2002, um aumento de quase 30% em relação a 1995, quando a produção estadual alcançou 530.603m³. De modo geral, os municípios que mais produzem madeira atualmente apresentaram aumento de produção nesse período. Itacoatiara é um caso especial: de primeiro produtor em 1995, nem aparece entre os que mais produziram em 2002. Na região, o Amazonas é terceiro produtor em volume de madeira em tora.

A seguir, destacam-se os principais temas que compõem a gestão do plano com as instituições vocacionadas para essa finalidade, ressaltando que se adotou o critério de inclusão do nome do ente na função em que melhor se enquadra, posto que muitas delas desenvolvem mais de uma função.

3.1 ACESSO AOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Os mercados local e regional são os destinos da madeira produzida pelo extrativismo e o nacional e internacional a produzida pelo setor empresarial. A principal forma de comercialização é a intermediação, com necessidade de adoção de formas mais justas de comercialização (cooperativas/associações). O mercado internacional anual de madeira tropical encontra-se praticamente estável, em torno de 65 milhões de m³ (em toras). Por outra parte, ocorreu uma

diminuição das reservas florestais dos tradicionais fornecedores como a Ásia tropical, que reduziu a sua contribuição em torno de 61 milhões de m³ em 1985, para 49 milhões de m³ em 1995. E, entre estes, a Amazônia, praticamente intacta, porém sem uma participação significativa neste mercado.

A contribuição da Amazônia tem sido modesta, em torno de 5 milhões m³/ano (menos de 10% do mercado internacional), apesar de seu potencial volumétrico de madeira em pé e de sua expressiva produção anual de aproximadamente 25 milhões m³/ano. E, dentro da própria região, verifica-se que o Amazonas é o que menos contribui (em torno de 4%) para a produção anual total, apesar de ser o maior da federação e ter as menores taxas anuais de desmatamento. Os principais produtores continuam sendo Pará, Rondônia e Mato Grosso.

O segmento de transporte/distribuição tem uma boa infra-estrutura intermodal, com logística para atender aos mercados interno e externo. Esse segmento envolve empresas e agentes que prestam serviços para a ZFM e, assim, pode atender o mercado em termos de logística, mecanismos tarifários, mercadológico e de informação para os importadores e exportadores. As instituições capazes de realizar um trabalho de intervenção na questão da acessibilidade aos mercados são:

SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/ADS/AGROMAZON

Tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica e a sustentabilidade dos produtos florestais, mediante ações de fortalecimento das cadeias produtivas do setor florestal nos pólos de desenvolvimento sustentável e implementação das ações de assistência técnica e organização dos produtos da floresta. No APL em pauta, a SDS tem como representante, a Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS, empresa pública de administração indireta do executivo, que executa as ações relativas ao trabalho e à política estadual de apoio ao desenvolvimento, integração e comercialização de produtos das diversas cadeias do setor primário.

SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Rural

Instituição que tem como missão formular, coordenar e implementar a política de desenvolvimento integrado da agricultura, pecuária, pesca e aquíicultura; executar o planejamento da produção para implementação das cadeias produtivas; realizar estudos e oferecer subsídios aos planos municipais; definir necessidades e apoiar à concessão de fomento e fornecimento de infra-estrutura; implementar ações de *ATER* e de incentivo à organização dos produtores através do associativismo e cooperativismo; organizar a produção, apoiar as ações de comercialização e de reforma agrária, da defesa sanitária animal e vegetal e da capacitação profissional.

SEBRAE/AM – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas

O SEBRAE/AM tem as suas diretrizes políticas de fomento e apoio às micro e pequenas empresas estabelecidas por um Conselho Deliberativo Estadual - CDE, composto por 13 entidades representativas de diversos segmentos, entre elas: FIEAM, FAEA, FECOMÉRCIO, ACA, IEL, UFAM, SUFRAMA, ADA, SEPLAN, AFEAM, Banco da Amazônia, Banco do Brasil e o próprio Sebrae Nacional. Sob a orientação do CDE, o SEBRAE/AM é administrado por uma Diretoria Executiva, composta de um diretor superintendente e dois diretores operacionais. À Diretoria Executiva cabe o comendamento de todas as ações desenvolvidas em prol das micro e pequenas empresas. O presidente do Conselho Deliberativo Estadual, que deve ser sempre um representante do Comércio, da Indústria ou da Agricultura, é eleito pelos seus membros para um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido. A Diretoria Executiva também é eleita pelos membros do Conselho.

FIEAM - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

Entidade de grau superior integrante do Sistema CNI - Confederação Nacional da Indústria, constituída em agosto de 1960, tendo seu estatuto aprovado em maio de 1961, quando foi expedida a Carta Sindical pelo então Ministro de Estado de Negócios do Trabalho. Hoje com 27 sindicatos filiados, a FIEAM compõe-se de Diretoria, Conselho de Representantes, formado por dois delegados de cada sindicato filiado e também de uma Diretoria Adjunta, consignada à competência do Presidente, escolhida dentre os industriais e dirigentes da indústria, que compõem as Coordenadorias,

que têm por finalidade instruírem processos a serem levados para decisão final de diretoria. Integram o Sistema FIEAM as entidades SESI-AM, SENAI-AM e IEL-AM.

CIEAM - Centro da Indústria do Estado do Amazonas

Instituição que tem por missão congregar as indústrias do Amazonas, representando, defendendo e preservando os interesses das empresas associadas frente às entidades públicas e privadas na busca de soluções e alternativas que visem o contínuo fortalecimento e desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus. Visa ser uma instituição que gera soluções de vanguarda, antecipando-se às mudanças do ambiente, através de pesquisas, estudos e parcerias estratégicas, contribuindo para a melhoria da competitividade das empresas associadas.

3.2 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Tomando-se como base os produtores do Amazonas, pode-se afirmar que o nível de conhecimento é baixo em relação a outros estados e pior quando se compara a outros países mais eficientes. Um dos fatores é o baixo nível de capacitação técnica dos produtores, e a precária assistência técnica. A maioria das instituições que compõem este APL pode promover formação e capacitação. Entre elas, destacamos:

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

Instituto vinculado a SEPROR é responsável pela assistência técnica e extensão rural no Amazonas, prestando serviços às comunidades rurais desde a década de 1970. Atualmente conta com 30 escritórios instalados nos municípios do interior e na capital, constituindo um quadro funcional de cerca de 500 funcionários oriundos de outras instituições: SEPROR, EMATER, CODEAGRO, CEPA. A área de ATER deste plano está compreendida entre os temas de responsabilidade do IDAM.

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Hoje, a UFAM oferece 51 cursos de graduação e 19 de pós-graduação em nível de mestrado, sendo 13 credenciados pela Capes, um em nível de doutorado e cerca de 30 na modalidade lato sensu. Dos 766 professores que atuam nas 11 unidades acadêmicas, 218 são doutores, 344 são mestres, 119, especialistas, e 85, graduados. Em 2003, a Universidade possuía regularmente matriculados 20,5 mil alunos nas áreas de graduação e pós-graduação. Possui 5 campi na cidade de Manaus e 6 no interior do Estado. Um marco na sua atuação em ensino, pesquisa e extensão com recursos pesqueiros foram a criação do curso de Engenharia de Pesca em 1988, fato que propiciou a contratação de vários professores e técnicos-administrativos, culminando com a constituição do Departamento de Ciências Pesqueiras. Além do curso de engenharia de pesca, a UFAM atua em recursos pesqueiros nos cursos de graduação de agronomia, ciências biológicas, zootecnia e engenharia florestal. Atua também por meio de cursos de pós-graduação, entre os quais: mestrado em sistemas agroflorestais; mestrado em ciências ambientais; mestrado em ciências pesqueiras e especialização em manejo de pesca.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

Os fins institucionais que norteiam a UEA, na condição de academia amazônica, colocam-na diante do desafio de democratizar o acesso ao universo discente e pelejar para superar as racionalidades impermeáveis ao reconhecimento da cultura regional. Assim, a UEA existe e interfere num contexto de transformação significativa dos paradigmas de educação, de desenvolvimento e de civilização, tendo por base uma pluralidade de modelos, de culturas, de espiritualidades e diversidades socioeconômicas. Ciência e tecnologia são ambas indispensáveis para atingir essas metas, mas os resultados positivos somente podem ser alcançados por meio de uma reintegração da ciência e da cultura, de modo a assegurar um sentido de finalidade, por meio de um enfoque integrativo, a fim de superar as fragmentações que conduziram a uma interrupção nas comunicações culturais.

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

A SESCOOP é o órgão executor da capacitação, monitoramento e promoção social. É a interação entre a representação e a autogestão do cooperativismo brasileiro. Instituição privada, sem fins lucrativos, integrante do Sistema “S”, criado pela Medida Provisória nº1715 de 03 de setembro de

1998 e o Decreto nº3.017 de 06 de abril de 1999 – vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Seus objetivos são:

- Organizar, administrar e executar o ensino, a formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados;
- Assistir as sociedades cooperativas na elaboração e execução de programas de treinamento;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional e de Gestão em cooperativas.

A OCB é um órgão de representação do Sistema Cooperativo Brasileiro, sendo que no Amazonas atua como sindicato e organização das cooperativas. É uma entidade patronal, sem fins lucrativos econômicos e lucrativos e de duração indeterminada, fundada no dia 07/03/1973. Exerce a representação política do cooperativismo do Amazonas e oferece suporte técnico e institucional para sua organização, fortalecimento e defesa. Tem como visão ser a referência do cooperativismo amazonense, garantindo ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Seus objetivos são:

- Representar politicamente e integrar todos os ramos de cooperativas no Amazonas;
- Manter serviços de apoio na consolidação do ideal cooperativista, dentro e fora do país e na formação de recursos humanos.
- Promover a integração e o fortalecimento do cooperativismo como setor relevante.
- Zelar pela doutrina e prática cooperativista, sem discriminação política, social, religiosa, etc.
- Fomentar e orientar a constituição de cooperativas de todos os ramos;
- Prestar acessória técnica-consultiva ao Governo sobre questões do cooperativismo.

FAEA - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas/SENAR

Entidade sindical de grau superior constituída para fins de coordenação, promoção, defesa e representação dos interesses dos produtores rurais integrantes da categoria econômica rural – Plano Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA Brasil. É a sucessora da Federação das Associações Rurais. Seu patrimônio maior são os onze sindicatos rurais filiados e também produtores rurais direta ou indiretamente representados por ela. Têm estado presentes em todas as discussões que nortearam o processo de securitização de dívidas rurais e encaminhados vários expedientes às autoridades, na condição de porta voz dos anseios da categoria. Neste APL a FAEA tem o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Amazonas - SENAR-AR/AM como sua via de atuação, posto que é uma instituição educacional, de direito privado, paraestatal, sem fins lucrativos, vinculada a nível nacional à CNA e a nível estadual à FAEA. Foi implantado em 01/06/1993, sendo administrado por um Conselho Administrativo que tem como presidente nato o titular da FAEA, formado ainda por representantes da classe dos trabalhadores rurais, na pessoa do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas - FETAGRI, do SENAR - Administração Central e de dois representantes do setor produtivo. Seu objetivo é organizar, administrar e executar a formação profissional Rural (FPR) e a promoção social (PS) dos produtores e trabalhadores rurais.

Além das instituições destacadas, é possível citar também nesse aspecto o SEBRAE/AM (item 3.2), o INPA e a EMBRAPA, estas últimas destacadas no item 3.6, por ser sua principal vocação.

3.3 GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO

Cada vez mais a cooperação é condição necessária para a sobrevivência e o desenvolvimento dos pequenos negócios, com o auxílio de mecanismos de coordenação e intermediação dos múltiplos interesses e objetivos envolvidos. O programa de APL's no Amazonas que se encontra sob a coordenação do Núcleo Estadual de APL's – NEAPL, criado no âmbito da SEPLAN/AM, tem por finalidade desenvolver estratégias e ações que possibilitem a consolidação e o fortalecimento de potenciais segmentos econômicos, por meio da cooperação entre os atores locais, identificados a partir de seu envolvimento no setor, em especial a pesquisa técnico-científica para a melhoria dos processos produtivos. Neste APL as instituições vocacionadas ao tema são:

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

Órgão que tem como área de atuação a implantação e implementação do Sistema Estadual de Planejamento Estratégico, bem como, a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei dos Orçamentos Anuais (LOA), acompanhamento e gerenciamento físico e financeiro, execução do orçamento e dos programas. Também são de sua competência a formulação e execução de estratégia de crescimento econômico, contemplando a inovação tecnológica e a busca do pleno emprego, o estímulo à elevação da produtividade e dos salários reais, à dinamização das empresas e à prosperidade dos seus municípios, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade, estabelecimento de negociações econômicas nos planos nacional e internacional visando investimentos estratégicos através da captação de recursos e cooperação técnica, a formulação de políticas de incentivos fiscais e tecnológicos para o fortalecimento da economia estadual, o apoio à implantação de empresas geradoras de emprego e renda, a coordenação, assistência e supervisão ao Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE/AM, e a realização de estudos e pesquisas de acompanhamento da conjuntura socioeconômica para a formulação de políticas públicas.

SECT - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e vinculadas;

A SECT, implantada e organizada a partir de abril de 2003, é responsável pelo planejamento e execução de uma política de ciência e tecnologia que atenda os interesses políticos, econômicos e científicos do Estado do Amazonas, conforme demandas induzidas ou não, postas pelas diversas secretarias e autarquias do Estado; instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas; setor produtivo público ou privado; matriz industrial do Pólo Industrial de Manaus; e pelas instituições federais sediadas ou com programas no Estado. Inclusão social, geração de renda e empregabilidade, participação e acesso das populações regionais aos benefícios do patrimônio genético e aos serviços ambientais do Estado do Amazonas, e interiorização das plataformas científicas e tecnológicas, constituem os fundamentos políticos e econômicos que norteiam as ações dessa Secretaria. São vinculadas à SECT a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

Autarquia vinculada ao MDIC, responsável pela administração dos incentivos fiscais e pela atração de investimentos para a ZFM, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. A ZFM foi criada pela Lei Nº 3.173 de 6/6/1957. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº. 288, de 28/2/1967, ampliou e regulamentou essa legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, instituindo, assim, o atual modelo de desenvolvimento. Em 15/8/1968, o Decreto-Lei Nº 365/68, estendeu esses benefícios a toda a Amazônia Ocidental. A SUFRAMA possui uma Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG, que tem como competência: I – implementar e coordenar as ações previstas na política da SUFRAMA para o setor agropecuário na Amazônia Ocidental; II – analisar, acompanhar e avaliar projetos técnico-econômicos de investidores que se estabelecem em sua área de abrangência.

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas

Tem por finalidade coordenar e executar a política de meio ambiente e de C&T. Vinculado a SDS, possui autonomia administrativa financeira e tem por objetivo atender a sociedade em geral nas questões ambientais. Responde pela Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FUMCITEC, e integra o Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia COMCITEC, cabendo ao Governador do Estado do Amazonas a presidência do mesmo. Possui estrutura organizacional composta por duas Diretorias voltadas diretamente às Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, e uma Diretoria Administrativa-Financeira.

SEMDEL/PMM - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local.

A SEMDEL é um órgão do Executivo Municipal voltado para o incentivo do empreendedorismo e geração de trabalho e renda nas zonas urbana e rural de Manaus. Realiza um

trabalho de capacitação e qualificação profissional voltado para pessoas que buscam conhecimento, oportunidades de inserção no mercado de trabalho e que necessitam de orientações para consolidar seus próprios empreendimentos. Suas competências são:

- I – Instituir e gerir políticas e ações de desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo local, entre elas, as de orientação e capacitação empresarial;
- II – Promover o desenvolvimento de novas tecnologias de produção em todos os segmentos;
- III – Promover e incentivar a participação de empreendedores em feiras, congressos, seminários, exposições e outros eventos;
- IV – Gerenciar a articulação de políticas setoriais de desenvolvimento local;
- V – Promover estudos e elaborar diagnósticos no seu âmbito de atuação, buscando definir mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações;
- VI – Promover o desenvolvimento de ações de terceirização e quarteirização;
- VII – Coordenar ações e programas a cargo dos diversos setores com impactos sobre o desenvolvimento local;
- VIII – Articular-se com o Estado, o Governo Federal e instituições não governamentais para a promoção de iniciativas de desenvolvimento local integrado e sustentável;
- IX – Realização e divulgação de estudos e oportunidades de investimento, assessoramento a empreendedores e oferta de infra-estrutura para a instalação e ampliação de seus negócios;
- X – Promover a produção e a disseminação de informações estratégicas sobre os mercados de trabalho e produtos das micro, pequenas e médias empresas e da economia familiar;
- XI – Promover a organização de arranjos locais;
- XII – Promover o desenvolvimento de organizações de micro finanças e da economia solidária;
- XIII – Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Podemos destacar, entre as principais ações da SEMDEL os seguintes programas: Universidade do Povo; Manaus Empreendedora; O Cultivo do Cupuaçu gerando trabalho e renda na Comunidade N. S. de Fátima. A SEMDEL também administra feiras e exposições em Manaus: Valorizando o Trabalho, Centro de Artes e Artesanato da Ponta Negra e a Exposição Indígena Pú Kaa – Mãos da Mata, projeto visionário e inédito que dá vez e voz às comunidades indígenas que vivem na capital.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Criado em fevereiro de 1989, pela fusão de entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental, o IBAMA é um órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis, objetivos reforçados na Rio-92, quando a sociedade que vinha se organizando nas últimas décadas pressionou as autoridades pela proteção ao meio ambiente. Essas, preocupadas com a repercussão internacional das teses discutidas na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, determinaram em outubro de 1992, a criação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

CORECON – Conselho Regional de Economia

Tem por atribuição organizar e manter o registro profissional dos economistas, fiscalizar a profissão, expedir as carteiras profissionais, impor penalidade à infração da legislação profissional e cooperar com o COFECON em seu programa de trabalho, destinado a valorização profissional.

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A implantação de novas escolas de tecnologia e aumento da mão-de-obra especializada, como também a luta da categoria resultou na criação do CREA do Amazonas/Roraima da 20ª Região, em agosto de 1974, de acordo com a Resolução do CONFEA n.º 223. A partir de sua criação, expandiu seus níveis de atuação, tanto na fiscalização preventiva, quanto na contribuição para o aperfeiçoamento profissional, incluindo a informatização dos procedimentos internos, modernização e estreitamento da relação com seus públicos, tais como entidades de classe, empresas e profissionais. Atualmente existem aproximadamente 10 mil profissionais e cerca de 3.800 empresas com registro, reflexo do crescimento da cidade e da conseqüente ampliação do mercado de trabalho em Manaus. Em

sua recente etapa, inicia a implantação de inspetorias no interior do Estado. Hoje conta com duas inspetorias, nos municípios de Itacoatiara e Humaitá, com a expectativa de ampliar suas atividades em outras localidades como Benjamin Constant, Coari, Parintins e Manacapuru.

3.4 INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Neste aspecto se observa a necessidade de implantar um sistema de crédito com recursos financeiros estaduais e federais e determinar um percentual específico para o setor oriundo dos fundos constitucionais (estadual e federal), utilizando-se dos serviços das seguintes instituições financeira:

Banco da Amazônia

É a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo. Com sua atuação, se articula por intermédio de parcerias com diversos órgãos ligadas ao fomento sustentável e representativas patronais ou laborais. Possui pontos de atendimento que cobrem toda a região (59% do território nacional). Além disso, opera com exclusividade o FNO e ainda atende com outras fontes, como: BNDES, FAT, Fundo da Marinha Mercante, FDA, OGU e recursos próprios. Seus colaboradores trabalham com a consciência de serem agentes de desenvolvimento sustentável, respeitando princípios como: a ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, confiança, rentabilidade e respeito ao ser humano. Dessa forma, busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de novos produtos e serviços, mas alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras.

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas

Instituída como órgão da administração indireta, na modalidade de empresa pública revestida da forma de sociedade anônima não bancária, a AFEAM tem como missão concorrer para o desenvolvimento sócio-econômico, por meio de ações de apoio técnico e creditício que propiciem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

BB - Banco do Brasil

Fundado em outubro de 1808, o banco tinha a função de emissor de moeda. A primeira utilização da denominação Banco do Brasil aconteceu já em 1808, resultado da associação do seu ramo de atividade ao nome do país. Na mesma época, podem-se observar diferentes configurações da marca Banco do Brasil em papel-moeda e documentos oficiais. E a partir daí a marca BB tem simbolizado tradição, confiabilidade, seriedade, segurança e credibilidade. Inicia-se uma história que se identifica fortemente com a história do país. Sua missão é ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

CEF - Caixa Econômica Federal

É o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque é uma empresa 100% pública que atende não só aos seus clientes bancários, mas a todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. Sua atuação também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

3.5 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Como em todo o Brasil, a indústria amazonense de móveis é muito fragmentada e caracteriza-se principalmente por dois aspectos.

- 1 - Elevado número de micro e pequenas empresas, em um setor de capital majoritariamente nacional.
- 2 - Grande absorção de mão-de-obra.

Com o aumento nas exportações, nos últimos anos, a indústria desenvolveu muito a sua capacidade de produção e apurou significativamente a qualidade dos seus produtos. Tecnologias avançadas, matérias-primas sofisticadas e apuro na qualidade dos produtos têm pautado a produção da indústria de móveis (Abimovel e Exame - 05/2003).

Produzir de modo a garantir a qualidade dos próprios produtos significa saber produzir. Neste sentido, será importante prever atividades de formação dos recursos humanos (empreendedores e empregados) envolvidos ou a serem envolvidos nos percursos de qualidade delineados. Saber traçar o percurso do próprio produto ao longo do arranjo produtivo, conhecer, saber interpretar e aplicar os disciplinários de produção que funcionarão como documento base para a certificação, comporta na aquisição de determinados conhecimentos normativos e técnicos. Dispor, portanto, de internal auditor e avaliadores para efetuar visitas de inspeção será, outrossim, importante e neste sentido, imagina-se que ocorrerá uma formação específica. Pode-se hipotisar a criação e distribuição de módulos formativos com conteúdos de base e transversais sobre Sistemas de Qualidade e Certificação, Rastreabilidade da Empresa e Auditor de Sistemas de Gestão para a Qualidade.

Sabe-se que certificar um produto significa agregar valor, que deverá ser percebido pelo consumidor sob a forma de tipicidade e qualidade garantida, e por parte do produtor sob a forma de um aumento do lucro. Para alcançar este resultado, deverá ser atuada uma atividade de sensibilização do mercado (interno e exterior) e uma atividade de promoção (participação em feiras/exposições, etc) a fim de permitir a máxima visibilidade dos produtos certificados. Será importante desenvolver uma rede entre canais de comercialização e distribuição local e nos países interessados na compra. Esta rede facilitaria a transferência de best practise produtivas e encorajaria formas de parceria/participação na administração das empresas amazônicas. As instituições que deverão contribuir neste aspecto são:

SETRAB - Secretaria de Estado do Trabalho

A SETRAB possui a missão de aproximar o trabalhador das oportunidades do mercado e novos nichos de trabalho e renda, fomentando a cultura do empreendedorismo, valorizando os saberes e conhecimentos populares como forma de crescimento sustentável e solidário. É desafio a atuação em conjunto com os demais órgãos, bem como com os movimentos sociais e a classe patronal. Através do Sistema Público de Emprego – SINE/AM são disponibilizados os serviços de intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional e seguro-desemprego.

Nesse contexto, é preponderante salientar o esforço da SETRAB em criar, no âmbito do SINE, sistemas de orientação e certificação profissional, com ênfase em melhores direcionamentos aos jovens em busca do primeiro emprego, bem como reconhecer e certificar trabalhadores (as) que desenvolvem determinados ofícios sem sequer terem frequentado um curso de qualificação profissional. E ainda, o Observatório do Trabalho encerra, de forma emblemática as tarefas precípua da secretaria, cuja finalidade será mapear as vocações e potencialidades econômicas dos municípios e regiões do estado. Articulando parcerias com os centros de conhecimento, pesquisa e extensão, a exemplo da SECT/FAPEAM/UEA e UFAM, dentre outros, na busca de resultados e diagnósticos que balizarão a elaboração de políticas de geração de emprego e renda.

IEL - Instituto Euvaldo Lodi/SESI

Integrante do sistema S, por sua vinculação ao SESI, o IEL iniciou suas atividades com a missão de lançar programas e atividades de capacitação empresarial voltados à solução de problemas empresariais e tecnológicos. De 1998 até hoje, passou a realizar programas e atividades relacionados ao fomento da competitividade, inovação tecnológica, desenvolvimento regional, empreendedorismo e cooperação internacional. Encontra-se presente nas 27 unidades da federação e, no tema APL, tem por objetivo promover o desenvolvimento de regiões de forma sustentada, disseminando e implantando metodologias e ferramentas que observam as características e vocações locais para incentivar a inovação e dinamizar a atividade empresarial. Suas estratégias para atuação em APL são: sensibilização e mobilização do setor e atores comprometidos; estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do

planejamento estratégico e plano de trabalho do APL (definição de projetos, atribuições, negociação, etc.); Monitoramento dos resultados por indicadores; Planejamento de novas ações.

IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas

O IPEM/AM é o representante do INMETRO, que tem por objetivo aperfeiçoar um sistema de qualidade adequado às necessidades da sociedade brasileira, que proporcione impacto positivo na economia nacional, promova a competição justa e proteja o consumidor, na medida em que atualmente cresce no mundo inteiro a existência de uma “avaliação da conformidade”. O IPEM/AM está incumbido de executar a avaliação da conformidade, verificando se os produtos de certificações expostas nos estabelecimentos apresentam o Símbolo de Certificação do INMETRO, dentro do Sistema Brasileiro de Certificação. Desta forma, busca difundir a cultura de qualidade industrial e contribuir para o desenvolvimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, responsável pela criação da grande parte das normas e regulamentos técnicos no que diz respeito aos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente.

FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica

Criada como agente de inovação tecnológica para atuar junto ao PIM, foi pioneira na condução das novas formas de pensar o desenvolvimento regional. Foi a primeira instituição na Região Norte a oferecer uma programação regular de cursos de pós-graduação, a partir de 1986, nas áreas de Eletrônica Digital, Engenharia de Produção, Automação Industrial, Qualidade e Produtividade, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Marketing. Essa atuação foi o ponto de partida para a implantação, em 1998, do Centro de Ensino Superior Fucapi – CESF, que oferece os cursos inovadores de Engenharia de Comunicações, Administração com ênfase em Gestão da Inovação, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia de Produção Elétrica e Design de Interface Digital. Sua preocupação em promover a educação e desenvolver os recursos humanos da região reflete-se também na oferta de cursos de curta duração e treinamentos e na capacitação de seus próprios colaboradores. Privilegiou a busca pela excelência na prestação de serviços, obtendo a certificação ISO 9001 em 2001, bem como está participando do programa de excelência nos Institutos de Pesquisa coordenado pela ABIPTI – Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa. Desde 2001, instituiu um centro tecnológico voltado à adoção de soluções para os problemas do meio ambiente.

3.6 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A melhoria dos processos é um dos primeiros efeitos que poderão ser sentidos a partir do estudo da cadeia produtiva. Deverá ser criteriosamente estudada a sua racionalização visando o seu melhor ordenamento, por intermédio das seguintes instituições:

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Instituição Federal vinculada ao MCT que tem dado uma importante contribuição ao conhecimento científico e tecnológico da Amazônia. No âmbito da ciência seus pesquisadores têm se dedicado ao estudo da flora, fauna e ambiente, onde esses organismos vivem dentro de um equilíbrio dinâmico, do qual depende a existência e a preservação desse complexo de biodiversidade. No âmbito do desenvolvimento de produtos e de tecnologia, sua contribuição é bastante ampla, devendo-se somar a esse conjunto, os indicativos de base científica que são os únicos que podem dar suporte às ações e projetos direcionados para o desenvolvimento da região.

A coordenação de pesquisas em Produtos Florestais – CPPF do Instituto Nacional de pesquisas –INPA, existe há 25 anos. Em sua área de atuação, desenvolve ações mediante estudos de caracterização tecnológica, processos e produtos, tecnologia de produtos da madeira sólida, tecnologia de produtos compostos, madeira composta e/ou madeira reconstituída, tecnologia de adesivos orgânicos naturais e artificiais, tecnologia e industrialização de produtos alternativos e diferenciados para uso na habitação, pontes, carpintaria naval, pequenos objetos, móveis e decoração, energia (resíduos de carvão vegetal, energia solar, hidráulica, e fotovoltaica), secagem e durabilidade (natural e artificial). Além ou dentro destas ações de tom perene, a CPPF é responsável pela disseminação de conhecimentos inter e multidisciplinares, sobre como, o que, e onde, os recursos florestais madeireiros

e não madeireiros podem ser absorvidos na perspectiva de uma visão sócio-econômica e ambiental, de base sustentável em P&D, compatível com a manutenção e capacidade de suporte dos recursos florestais de capital natural, sociais e econômicos existentes e disponíveis.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

Atualmente denominada Embrapa Amazônia Ocidental, atua no Amazonas desde 1974, por meio do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA), que conta com 268 colaboradores. O grupo ocupacional técnico-científico é composto por 56 pesquisadores, 212 empregados na área de apoio e administração. Participante da rede de centros de pesquisa, a Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A unidade atende a demandas do mercado local e regional dentro do programa de agricultura familiar, principalmente com a cultura da mandioca, cultivo de grãos e olericultura; do mercado nacional, com pesquisas em fruteiras tropicais, dendê, seringueira, espécies florestais, guaraná e piscicultura; e do internacional, com a produção de sementes de dendê. Ao longo de vários anos vêm publicando cerca de 2000 trabalhos técnicos e científicos, em que estão apresentados os resultados de pesquisa com ênfase ao desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário para a região amazônica.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Um dos maiores desafios para um salto qualitativo e quantitativo é a falta de maior organização e integração entre os agentes da cadeia produtiva. Não obstante, relacionou-se, a seguir, os demais desafios e as oportunidades de desenvolvimento:

Desafios:

- Situação fundiária (Regularização fundiária) e dificuldade em cumprir a legislação específica.
- Concorrência com madeireiros ilegais e desmatamentos.
- Assistência técnica insuficiente e maior investimento em assistência técnica ao manejo florestal.
- Falta de investidores e falta de apoio – financiamento.
- Escoamento da produção – infra-estrutura viária e energia.
- Fiscalização de fronteira e extratores ilegais.
- Problemas sociais (educação, bebidas).
- Falta de política de regularização de mercado (preços compatíveis com a atividade).
- Exploração dentro da APP sendo que o rio acaba comendo a APP.
- As UCs de uso sustentável não possuem plano de manejo (da UC).
- Alíquota do ICMS (17%) muito elevada.

Oportunidades:

- Implementação de medidas de comando e controle articuladas com alternativas econômicas ao desmatamento (sensibilização para o manejo sustentável).
- Definir formas adequadas de acesso aos recursos madeireiros.
- Simplificação das normas e adaptação aos sistemas extrativistas.
- Aceitação da madeira como garantia do financiamento.
- Regularização cadastral dos extratores - SPC-SERASA.
- Fundo de aval municipal, com maior envolvimento das prefeituras.
- Ação social para tirar documentos.
- Portfólio de linhas de crédito disponíveis para comunidades e pequenos.
- Estudo de custo do transporte Alto Solimões para Manaus.
- Critérios de avaliação deverão ser adequados à rentabilidade do projeto e não as garantias oferecidas (financiamentos).
- A AFEAM deveria levar o SEBRAE nas ações de crédito nos municípios.
- Campanhas mais frequentes dos órgãos fundiários.
- Formalização da atividade (legalizar).
- Estudo de estratégias para redução do custo de transporte (melhoria de estradas existentes, abertura de novas estradas, subsídios do transporte das comunidades mais distantes, associativismo).
- Ampliação das redes de energia elétrica.

- Organização dos produtores para comercialização em grupo (central de beneficiamento e venda nos municípios produtores).
- Ampliação da fiscalização com instalação de postos nos municípios mais distantes.
- Regularização da atividade de manejo.
- Estímulo às pessoas a se manterem nas comunidades.
- Apoio a atividades sociais (esporte e lazer).
- Capacitação técnica dos detentores de PMFS.
- Ampliação dos programas de assistência técnica em manejo florestal e instrumentos de multiplicação.
- Estabelecimento de política de preços mínimos para produtos florestais (incentivos à agregação de valor à madeira); pré-beneficiamento na propriedade.
- Política de comercialização da madeira.

5. RESULTADOS ESPERADOS

De modo específico os resultados esperados podem ser visualizados da seguinte forma:

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado

- A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;
- A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).
- A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.
- A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores

- A2.1 – Identificar a concentração de produtores por área geográfica;
- A2.2 – Reunir os produtores para a constituição e/ou fortalecimento de cooperativas;
- A2.3 – Aumentar a integração e união dos empresários e consolidar a imagem das empresas;
- A2.4 – Desenvolver a gestão das empresas nas áreas: financeira, comercial, recursos humanos e fiscal.

Neste item a atenção deverá se concentrar prioritariamente no quadro normativo vigente atualmente no Brasil, com a intenção de entender qual impacto causaria a aplicação de um esquema de associativismo/cooperativismo no sistema produtivo local. Também deverá ser feita uma avaliação da proposta metodológica pelas cooperativas e tomada de decisão quanto à formação de um grupo de trabalho. A decisão das cooperativas deve basear-se nas suas expectativas em relação ao processo e na qualidade das informações que receberam. Essa decisão deve ser tomada alguns dias após a primeira reunião com os técnicos. A decisão daqueles que quiserem continuar na caminhada é comunicada aos técnicos por escrito, ocasião na qual devem ser escolhidos, as pessoas que irão compor o grupo.

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

- A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos;
- A3.2 – Solicitar certificação e promover as adequações ambientais;
- A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.
- A.34 - Indicar as fontes de financiamento nacionais.

R4- Sistema logístico adequado

- A4.1 – Definir pólos com localização ideal para produção.
- A4.2 – Definir os mercados-alvo para a inserção dos produtos.
- A4.3 – Melhorar a infra-estrutura rodoviária e portuária existente, em função da melhor logística de distribuição.
- A4.4 - Aprimorar o processo de escoamento da produção

R5 - Legalizações e Licenças

A5.1 - Definir dentro do órgão do meio ambiente prioridade na licença ambiental dos planos de manejo das áreas propícias ao APL.

A5.2 - Reunir informações para subsidiar a resolução do problema do manejo.

A5.3 - Estudar nomenclaturas para fins de enquadramento nas NCM"s e certificados de origem.

6. INDICADORES DE RESULTADO

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado

A1.1 – Produtos com a cadeia produtiva completa e seus mercados

A1.2 – Número de projetos de pesquisa segundo as exigências de mercado destino

A1.3 – Quantidade de técnicos capacitados

A1.4 – Volume de produção e faturamento

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores

A2.1 – Números de produtores e produção anual

A2.2 – Registros e estatutos aprovados das cooperativas

A2.3 – Número de associados as federações e/ou participantes de fóruns, p. ex., Câmara Setorial

A2.4 – Quantidade de eventos de informação realizados (workshops, seminários, palestras, etc)

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

A3.1 – Currículo dos especialistas e número de cursos realizados

A3.2 – Número de certificações obtidas

A3.3 – Volume de capital investido (privado e institucional) em infra-estrutura

A3.4 – Programas e linhas de financiamento (privado e institucional) para o segmento

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Clusters do segmento econômico

A4.2 – Mercados potenciais em importação e seus valores

A4.3 – Modais estruturados e número de portos adequados para recepção e transporte dos produtos

A4.4 – Qualidade e redução do prazo de entrega

R5 - Legalizações e Licenças

A5.1 – Número de licenças expedidas

A5.2 – Dados gerais sobre planos de manejo

A5.3 – Número de certificados de origem.

7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO

I) Projeto Oficina Escola de Itacoatiara					
Descrição: O projeto foi uma iniciativa do Governo do Amazonas no âmbito do Programa Zona Franca Verde, que teve como objetivo a capacitação de empresários e profissionais para a fabricação de móveis e objetos de madeira com qualidade, preço competitivo e de forma sustentável, empregando modernas técnicas de administração, marketing e produção.					
Coordenação: FUCAPI		Início: Maio/2003		Término: Maio/2005	
Execução: Secretarias de Trabalho e Cidadania – SETRACI, de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável – SDS, de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, Agência Florestas do Amazonas; Prefeitura de Itacoatiara; SENAI; SEBRAE; Assoc. dos Moveleiros de Itacoatiara – ASMOVITA; MIL Madeireira Itacoatiara Ltda; Gethal Amazônia S/A; Fund. Centro de Análise, Pesquisa e Inovação – FUCAPI;					
Viabilização financeira: R\$ 1.802.461,71					
	Parceiros	Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FUCAPI, ASMOVITA, Mil Madeireira, Gethal	-	0	-	0

Estaduais	SETRACI, SDS, SEDUC, AFLORAM	1.802.461,71	100	1.802.461,71	100
Federais / GTP APL	SENAI, SEBRAE	-	0	-	0
TOTAL R\$		1.802.461,71	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: formação / capacitação					

II) Construção do pólo moveleiro de Itacoatiara					
Descrição: o projeto apresentou como objeto a construção das edificações, serviços complementares e instalações prediais, como a aquisição de equipamentos.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 1998		Término: 2003	
Execução: Prefeitura Municipal de Itacoatiara					
Viabilização financeira: R\$ 1.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais	Prefeitura de Itacoatiara	150.000,00	15	150.000,00	15
Federais / GTP APL	SUFRAMA	850.000,00	85	850.000,00	85
TOTAL R\$		1.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação.					

III) Design Tropical					
Descrição: pesquisa nos municípios do interior do Estado, as quais demonstraram potencial e possibilidades de implantação de núcleos voltados para a criação e produção de artefatos e móveis utilizando resíduos florestais.					
Coordenação: FUCAPI		Início: out/1999		Término:	
Execução: FUCAPI, SUFRAMA, UFAM, Banco da Amazônia, Programa de Cooperação Brasil-Itália					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FUCAPI,				
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA, UFAM, Bco. Amazônia	-	0	-	0
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design).					

IV) Projeto de implantação do Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas - DIMPE					
Descrição: Voltado para o desenvolvimento do segmento de Madeira-Móveis, Fitofármacos e Fitocosméticos, o presente projeto apresenta como objeto a construção das edificações, serviços complementares e instalações prediais, como a aquisição de uma estufa de secagem.					
Coordenação: SEPLAN e SEINF		Início: 2006		Término: 2008	
Execução: SEPLAN e SEINF					
Viabilização financeira: R\$ 14.201,426 10					

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais	Governo do Estado	7.221.403,09	50,9	-	
Federais / GTP APL	SUFRAMA	6.980.023,01	49,1		
TOTAL R\$		14.201,426, 10	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação.					

V) Modelo de Integração de Produtores de Madeira do Estado do Amazonas – MIPMEA					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras e fortalecer o segmento de fornecimento de matéria prima florestal no município de Jutai.					
Coordenação: Elisabete Brocki/UEA; Gestão: FUCAPI		Início: dezembro/2004		Término: dez/2007 (com prorrogação para 2008)	
Execução: Universidade Estadual do Amazonas, INPA, EMBRAPA, Associação de Produtores de Jutai, IBAMA, AFNSAM, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia					
Viabilização financeira: R\$ 737.288,64					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	ASPROJU, AFNSAM	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	UTAM, SECT, FINEP, INPA, EMBRAPA.	350.340,00	70 %	-	100
	CNPq (Bolsas)	193.474,32	30 %	270.387,46	100
TOTAL R\$		543.814,32	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores.					
A2.1 – Identificar a concentração de produtores por área geográfica.					
A2.2 – Reunir os produtores para a constituição de cooperativas.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

VI) Estudos Tecnológicos de alternativas de uso de resíduos florestais na Amazônia Central					
Descrição: Desenvolver estudos de alternativas de uso de resíduos florestais na Amazônia Central					
Coordenação: Bazilio Frasco Vianez		Início: 01/12/2006		Término: 30/11/2008	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 270.387,46					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	270.387,46	100%	270.387,46	100
TOTAL R\$		270.387,46	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

VII) Floresta Viva					
Descrição: Promoção do manejo florestal sustentável em pequena escala: difusão técnica, aprimoramento das políticas públicas para o setor e fortalecimento da cadeia produtiva de móveis em 6 municípios.					

Coordenação: - Secret. Desenv. Sustentável (SDS/Am) e Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET)		Início: 2005	Término: 2008		
Execução: SDS, GRET, Fund. Centro de Análise, Pesquisa e Intercâmbio Tecnológico – FUCAPI, Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAFM, Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS/AM, Secret. Exec. Adjunta de Extrativismo e Floresta – SEAFE / SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM					
Viabilização financeira: 1.800,000 Euros					
Parceiros		Previsto €\$	%	TOTAL €\$	%
Locais/ Estaduais	FUCAPI; EAFM; ADS; SEAFE / SDS; IPAAM / SDS; ITEAM; FDB.	1.800,000	100%	1.800,000	100
Federais / GTP APL	-	-	-	-	100
TOTAL R\$		1.800,000	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: acesso aos mercados interno e externo					

VIII) Atualização e desenvolvimento de tecnologia para o beneficiamento e uso de produtos florestais da Amazônia					
Descrição: Este programa visa atualizar e desenvolver tecnologia para o beneficiamento e uso de produtos florestais da Amazônia					
Coordenação: Claudete Cantanhede		Início: 02/01/2007	Término: 31/12/2007		
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 54.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	54.000,00	100%	54.000,00	100
TOTAL R\$		54.000,00	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

IX) Caracterização dos resíduos madeireiros e desenvolvimento de Tecnologias para seu aproveitamento – APROREM					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Claudete Castanhede / INPA; Gestão: FUCAPI		Início: dezembro/2004	Término: dez/2007 (com prorrogação para 2008)		
Execução: INPA, Escola Superior de Tecnologia/Universidade Estadual do Amazonas, Mil Madeireira (Itacoatiara), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT					
Viabilização financeira: R\$ 514.690,40					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100

Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	FINEP	391.100,00	86 %	391.100,00	100
	CNPq (Bolsas)	61.795,20	14 %	61.795,20	100
TOTAL R\$		452.895,20	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

X) Avaliação do potencial de utilização das madeiras da Amazônia e seus derivados de forma sustentável.					
Descrição: O programa tem por objeto avaliar o potencial de utilização das madeiras da Amazônia e seus derivados de forma sustentável.					
Coordenação: Bazilio Frasco Vianez		Início: 02/01/2007		Término: 31/12/2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 37.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	37.500,00	100%	37.500,00	100
	TOTAL R\$		37.500,00	100,0	
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XI) Silvicultura, manejo e tecnologia de madeira para sistema de produção de florestas plantadas em áreas alternadas na Amazônia – SILVITEC					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Fernando L. Almeida (INPA) e Roberval Lima (EMBRAPA)		Início: 2006		Término: 2009	
Execução: CPPF/INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 50.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	50.000,00	100%	50.000,00	100
	TOTAL R\$		50.000,00	100	
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XII) Desempenho de habitação alternativas com bambu – Habimacto – Habitação de baixo custo ambiental					
Descrição: Estudos de desempenho de habitação alternativa com bambu – Habimacto – Habitação de					

baixo custo ambiental.					
Coordenação: Marilene Gomes de Sá Ribeiro		Início: 03/05/2007		Término: 31/12/2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 20.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	20.500,00	100	20.500,00	100
TOTAL R\$		20.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XIII) Sistema de Laje Estrutural Madeira Concreto					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Ruy Alexandre S.Ribeiro		Início: 2006		Término: 2008	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 15.500,00.					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	15.500,00	100	15.500,00	100
TOTAL R\$		15.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XIV) Modelagem e determinação de estoque e fixação de carbono no sistema de produção de florestas plantadas na Amazônia Central (Projeto em Rede Nacional)					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2003		Término: 2007 c/ perspectiva de continuar em 2008	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	
Estaduais	-	-	-	-	
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa)				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					

Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					
XV) Silvicultura, manejo e tecnologia de madeira para sistemas de produção de florestas plantadas em áreas alteradas na Amazônia (Projeto em Rede Regional)					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início:		Término:	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 37.083,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	-
Estaduais		-	-	-	-
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa)	37.083,00 (ativid. Am)	100	37.083,00	100
TOTAL R\$		37.083,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

XVI) Recuperação e aproveitamento de áreas abandonadas e/ou degradadas na Amazônia Ocidental					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início:		Término: 1998	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$.					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	
Estaduais		-	-	-	
Federais / GTP APL	CNPQ / PPDG-7 / Macroprograma Embrapa				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

XVII) Investigations on tree species suitable for the recultivation of degraded land areas in Central Amazônia (Cooperação Internacional)					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início:		Término: 2001	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	
Estaduais		-	-	-	
Federais / GTP APL	FKZ-Alemanha/CNPQ-7/ Macroprograma Embrapa				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					

Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					
XVIII) Realização do I Seminário Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional.					
Descrição: integração dos atores locais envolvidos com APLs e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada – NGTC		Início: 20/09/06		Término: 21/09/06	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 52.086,88					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	UEA, FUCAPI	-	-	-	
Estaduais	FAPEAM, SECT, SEPROR	52.086,88	100	-	100
Federais / GTP APL	SUFRAMA, INPA, EMBRAPA	-			
TOTAL R\$		52.086,88			100
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

XIX) Estudo Diagnóstico de Arranjos Produtivos Locais do Estado do Amazonas					
Descrição: Atualização de informações sobre os APLs do Estado					
Coordenação: Aguiar Vasconcelos Simões – NGTC		Início: nov/2006		Término: maio/2008	
Execução: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada - NGTC SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 18.408,35					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FEPI, SEMED	-	-	-	
Estaduais	SECT, FAPEAM, UEA	18.408,35	100	18.408,35	100
Federais / GTP APL	UFAM, EAFM	-			
TOTAL R\$		18.408,35			
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação e Investimento e Financiamento					

XX) Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Madeira na Mesoregião do Alto Solimões.					
Descrição: Estruturação do arranjo produtivo local da madeira nos 09 municípios da Messorregião do Alto Solimões, por meio da organização de três Pólos de Produção.					
Coordenação: Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas.		Início: 2003		Término: 2005	
Execução: Agência de Florestas/SDS					
Viabilização financeira: R\$ 1.086.618,82					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	-
Estaduais	Agência de Florestas/SDS	-	-	-	-
Federais / GTP APL	Ministério da Integração Nacional	1.086.618,82	100	-	100
TOTAL R\$		1.086.618,82	100		100
Ação relacionada ao resultado n°: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					

A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos;
A3.2 – Solicitar certificação e promover as adequações ambientais;
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação

XXI) Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR					
Descrição: Eventos de capacitação em Campo- ECC, na Mesorregião do Alto Solimões, apoiando os APLs do Pescado e da Madeira.					
Coordenação: Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas.		Início: 2004		Término: 2005	
Execução: SEBRAE – AM					
Viabilização financeira: R\$ 297.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	-
Estaduais	SEBRAE-AM	-	-	-	-
Federais / GTP APL	Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas	297.000,00	100	-	100
TOTAL R\$		297.000,00	100		100
Ação relacionada ao resultado n°: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos;					
A3.2 – Solicitar certificação e promover as adequações ambientais;					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XXII) I Seminário de APL de Madeira e Móveis					
Descrição: Promover o debate e facilitar a difusão de informações e conhecimentos sobre a situação do setor de madeira e móveis no Estado do Amazonas, visando buscar soluções para o fortalecimento e o desenvolvimento de sua cadeia produtiva.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 06/12/1005		Término: 06/12/1005	
Execução: SUFRAMA, SEPLAN, SEBRAE-AM, MDIC, Banco do Brasil, SECT, Prefeitura de Manaus, AIMAZON.					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	SEBRAE-AM, Pref. De Manaus, AIMAZON				
Estaduais	SEPLAN, SECT				
Federais / GTP APL	SUFRAMA, MDIC, BANCO DO BRASIL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado n°:					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação.					

XXIII) Projeto Via Design – Rede Amazonas Design					
Descrição: Aprimorar, fortalecer e promover a inserção do design de produto e gráfico com fortes características de identidade regional, cujos principais diferenciais sejam a utilização de recursos naturais do Amazonas de forma sustentável, o respeito e a valorização de seus povos, culturas e modos tradicionais de existência;					
Coordenação: FUCAPI		Início: 2003		Término:	
Execução: FUCAPI					

Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais				-	
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XXIV) Via Design – Núcleo de Inovação e Design – NIDE – Projeto UNIBRIMA					
Descrição: Oferecer oficinas para apoio técnico e capacitação para os alunos da marcenaria da UNIBRIMA que está localizada no município de Barreirinha, Amazonas. O projeto que funciona com o apoio prefeitura local, possui uma marcenaria bem equipada onde são desenvolvidos pequenos brinquedos em madeira.					
Coordenação: SEBRAE-AM		Início: 2003		Término:	
Execução: SEBRAE-AM, UFAM, FUCAPI, SENAI, Martha Falcão					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais				-	
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XXV) Projeto de infra-estrutura do Parque Industrial Naval e Moveleiro do município de São Sebastião do Uatumã.					
Descrição: desenvolver a cadeia produtiva da madeira e móveis através do fortalecimento do setor de construção naval e movelaria do município, promovendo o aumento da produção de embarcações e móveis, com a inserção de novas tecnologias.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término:	
Execução: SUFRAMA, Cooperativa Constrói					
Viabilização financeira: R\$ 367.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	Cooperativa Constroi	17.500,00	5	17.500,00	5
Estaduais	-	-	0	-	-
Federais / GTP APL	SUFRAMA	350.000,00	95	350.000,00	95
TOTAL R\$		367.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

XXVI) Sistema de Produção de florestas plantadas como alternativa para o fortalecimento da cadeia produtiva madeira e móveis do Estado do Amazonas					
Descrição: Gerar e disponibilizar aos silvicultores, conhecimentos técnicos e científicos para garantir o manejo sustentável de florestas plantadas e o aproveitamento integral das espécies, visando o fortalecimento do setor produtivo,					

Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término:	
Execução: SUFRAMA, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 206.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	-	-	0	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA	200.000,00	97	200.000,00	97
	EMBRAPA	6.000,00	3	6.000,00	3
TOTAL R\$		206.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação					

XXVII) Implantação da infra-estrutura do Pólo Moveleiro de Tabatinga					
Descrição: Fortalecer, organizar e ampliar o setor madeira/móveis regionais. além de melhorar a qualidade do produto.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término:	
Execução: SUFRAMA, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 597.878,84					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	-	54.352,62	10	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA	543.526,22	90	200.000,00	97
TOTAL R\$		597.878,84	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação					

8. AÇÕES PREVISTAS

I) PRODERAM/SEPLAN-AM					
Descrição: Caracteriza-se na aplicação de Saneamento Básico, Saúde e desenvolvimento sustentável. Este é um empréstimo que foi conseguido para aplicação em três vertentes: saneamento, saúde e desenvolvimento sustentável – 1ª Fase no Alto Solimões, com início previsto para janeiro de 2008. A Segunda fase é de mis de US\$ 100 milhões e pressupõe uma abrangência bem maior.					
Coordenação: Governo do Estado do Amazonas e BIRD (Banco Mundial)		Início: Janeiro/2008		Término: dezembro/2012	
Execução: Proderam/SEPLAN-AM					
Viabilização financeira: US\$ 145.000.000					
Parceiros		Previsto US\$	%	TOTAL US\$	%
Estaduais	SEPLAN	35.000.000	24,13	35.000.000	100
Externo	BIRD	110.000.000	75,87	110.000.000	100
Federais / GTP APL	-	-	-	-	100

TOTAL US\$	145.000.000	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional				
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.				
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação				

II) Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis da Região Amazônica

Descrição: Caracteriza-se na aplicação de 300 atendimentos (150 no Amazonas e 150 no Pará). Este é um empreendimento para se fazer 300 atendimentos (150 no Amazonas e 150 no Pará), inclui ainda o projeto em São Sebastião do Uatumã (Pólo Naval).

Coordenação: SEBRAE, BID e Administração Regione Marche (Itália) | **Início:** Janeiro/2008 | **Término:** dezembro/2012

Execução: SEBRAE, BID e Administração Regione Marche (Itália)

Viabilização financeira: US\$ 5.100.000

Parceiros		Previsto US\$	%	TOTAL US\$	%
Locais	SEBRAE/BID/ Marche	2.550.000	50	2.550.000	50
Estaduais	Governo do Amazonas	2.550.000	50	2.550.000	50
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL US\$		5.100.000	100,0		

Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.

Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação

III) Projeto Estruturante da Região Amazônica de Madeira e Móveis - Amazonas

Descrição: Apresenta diversas ações que devem se complementar com os outros projetos em andamento na região. Um dos seus objetivos específicos é o desenvolvimento de uma linha de produtos de alto valor agregado.

Coordenação: SEBRAE/AM | **Início:** setembro/2007 | **Término:** dezembro/2009

Execução: SEBRAE/AM, BID e Administração Regione Marche (Itália)

Viabilização financeira: R\$ 401.120 (de um total de R\$ 3.696.776 para a região)

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE/BID/ Marche	401.120	100	401.120	100
Estaduais	-	-	-	-	-
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL US\$		401.120	100,0		

Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes para investimento no setor.

Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação

IV) Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS

Descrição: Trata-se de um Protocolo de intenções assinado entre o Banco do Brasil e o Governo do Amazonas, que tem por objetivo a convergência de esforços entre os parceiros, com vistas à disseminação e à implementação de ações que promovam o desenvolvimento regional sustentável.

Coordenação: Banco do Brasil | **Início:** janeiro/2008 | **Término:** dezembro/2013

Execução: Banco do Brasil

Viabilização financeira: R\$ 2.576.140					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	Governo do Amazonas	-	0	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	Banco do Brasil	2.576.140	100	2.576.140	100
TOTAL R\$		2.576.140	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.4 - Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

V) Projeto GEOR Madeira e Móveis do Amazonas					
Descrição: Tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas em Manaus, Manacapuru e Presidente Figueiredo, promovendo o uso da madeira manejada.					
Coordenação: SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA		Início: setembro/2007		Término: dezembro/2009	
Execução: SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 1.500.000					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA.	1.500.000	100	1.500.000	100
Estaduais	-	-	-	-	-
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL R\$		1.500.000	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

VI) Solimões Floorings – Beneficiamento de madeira					
Descrição: Estabelecer uma planta industrial de beneficiamento de madeira, como alternativa de desenvolvimento sustentável em bases econômica, política e ecologicamente sustentáveis, fortalecendo com suporte tecnológico os produtores e empresários do setor de madeira-móveis do Alto Solimões, a partir de um modelo que possa servir de referência no desempenho econômico local.					
Coordenação: SEPLAN/AM		Início: Janeiro/2006		Término: dezembro/2010	
Execução: Cooperativa de Produção Florestal do Alto Solimões – COOPFAS					
Viabilização financeira: US\$ 5.000.000					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estadual	SEPLAN	150.000,00	100	150.000,00	100
Federais / GTP APL	-	-	-	-	100
TOTAL R\$		150.000,00	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: governança e cooperação					

VII) Formação de base silvicultural para expansão de plantios florestais necessários à matriz de agroenergia brasileira (Projeto em Rede Nacional)					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: Jan/2008		Término:	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 10.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	
Estaduais	-	-	-	-	
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa)	R\$ 10.000,00	100		100
TOTAL R\$		R\$ 10.000,00			100
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)					

VIII) Workshop – Diagnóstico de Arranjos Produtivos Locais do Amazonas					
Descrição: Divulgação de informações sobre os APLs do Estado do Amazonas.					
Coordenação: Aguiar Vasconcelos Simões/Silvana Pimentel de Oliveira		Início: 06/2008		Término: 06/2008	
Execução: SECT /Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada / NGTC					
Viabilização financeira: R\$ 18.408,35					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	
Estaduais	SECT /FAPEAM	R\$ 8.000,00	100	R\$8.000,00	100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		R\$ 8.000,00			100
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e cooperação, Formação e capacitação					

XIX) Programa Amazonas de Apoio a Pesquisa em micro e Pequenas Empresas – PAPPE SUBVENÇÃO/FINEP AMAZONAS					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 4.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	
Estaduais	SEPLAN	1.000.000,00	25	1.000.000,00	25
	FAPEAM	1.000.000,00	25	1.000.000,00	25
	SECT	-	0	-	0
Federais / GTP APL	FINEP	2.000.000,00	50	2.000.000,00	50
TOTAL R\$		4.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado					

A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação (incluindo o design)

X) Programa de Inovação Tecnológica – PIT					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 2.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-				
Estaduais	FAPEAM	2.500.000,00	100		100
	SECT	-	0		0
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL R\$		2.500.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada					
A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para a definição do modelo de estrutura e equipamentos necessários;					
A3.2 – Realizar cursos de capacitação da mão-de-obra realizada por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação					

Além desses, estão previstos os seguintes projetos, que possuem interface com o APL e se encontram em processo de levantamento dos dados:

- 1 – IDAM: Promeso 1; Promeso 2; Promeso 3; IDAM: APL;
- 2 – Projeto Pólo Moveleiro em Tabatinga/Suframa e Sebrae
- 3 – Projeto Pólo Moveleiro em Carauari/Suframa e Sebrae
- 4 – Projeto Pólo Moveleiro em Maués/Suframa

9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia proposta prevê atividades de processamento industrial, transferência de tecnologia, entre outros. O desenvolvimento implicará num processo de transformação social, econômico e cultural, em que os beneficiários irão tornar-se sujeitos dinâmicos no processo. Esta transformação deverá ser obtida pelo conhecimento destes sobre a sua realidade e pela sua inserção em formas inovadoras de organização que favorecerão a participação no sentido de obter níveis de vida condizentes com as exigências da sua natureza.

A participação dos micro e pequenos empreendimentos significam o rompimento das relações de dependência para recuperar a capacidade em transformar suas realidades, compartilhando-se o poder e estabelecendo-se parcerias (Ingles *et al.*, 1999). Para tanto, os diferentes atores sociais envolvidos no processo interagem e dialogam em encontros de interface (Long, 1989). As relações entre os agentes serão processadas mediante um caráter de dialogicidade, onde os conhecimentos e experiências dos elementos contidos no processo deverão ser considerados a partir do respeito e esforço de compreensão dos valores dados e existentes na cultura popular enquanto referência das ações.

Para tal, deverá ocorrer a compreensão dos mecanismos geradores dos problemas para superar as causas reais dos mesmos (consciência crítica) e não somente a identificação dos problemas e carências no sentido de propor soluções locais e viáveis (consciência programa). Desta maneira, a participação é um processo que envolve a conscientização para criar canais de articulação dos

problemas locais com as condições estruturais, além das ações imediatas para melhoria das condições locais.

Como estratégia metodológica da intervenção, optou-se pela abordagem sistêmica devido à existência de interdependências entre os componentes que participam do segmento. A base conceitual da abordagem sistêmica a ser utilizada (Morin, 1998) tem em seu conteúdo fundamental os conceitos de sistema, interações e organização do sistema.

Desta forma, com esta aliança, envolvendo as instituições parceiras, espera-se consolidar e disseminar o arranjo produtivo, de modo técnico, com a adoção de metodologias adequadas, para atendimento do mercado demandante regional, nacional e internacional, culminando com o resgate, através da inserção sócio-econômica, da dignidade do empreendedor. Assim, este plano representa um compromisso firmado entre os parceiros locais que culmine com o desenvolvimento sustentável do APL em referência.

"Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

(C.F. cap.6, art.225)

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma articulação estreita entre os protagonistas foi o critério utilizado para estabelecer as parcerias, focalizando como primordial para o sucesso do plano, distribuir as atividades entre as instituições com maior experiência na área enfocada. Desta forma, será feito um acompanhamento integral e continuado de cada ação quanto à gestão de seus recursos, de seus cronogramas, e da manutenção das informações atualizadas. Ainda, deverá ocorrer o envolvimento direto dos beneficiários da atividade em todas as fases do plano, transferindo desta forma aos participantes todas as informações necessárias à condução da atividade, formando, desse modo, agentes multiplicadores.

Assim, todas as instituições envolvidas deverão acompanhar as ações de natureza geral, como, o acompanhamento das criações, a formação de recursos humanos, a transferência de tecnologia, entre outros. Deverá ser dada prioridade ao acompanhamento de todos os aspectos relacionados com o APL, envolvendo a produção a partir das espécies manejadas para o beneficiamento, industrialização e comercialização. Desta ação deverão decorrer todas as demais relativas ao controle e avaliação sistemática, com vista à correção das distorções.

Portanto, o acompanhamento da execução deste plano exigirá o apoio de todos os envolvidos, proporcionando as inversões físicas e humanas, aliadas da classe empresarial/empreendedores, que, com recursos reembolsáveis ou não, poderá destinar investimentos para a melhoria do segmento. O acompanhamento e a avaliação serão conduzidos por intermédio dos seguintes meios de verificação:

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado

A1.1 – Institutos de pesquisa - tecnologia disponível

A1.2 – Pesquisa de mercado

A1.3 – Número de certificados expedidos

A1.4 – Indicadores oficiais (SUFRAMA, IBGE, etc)

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores

A2.1 – Pesquisa do IDAM e IBAMA

A2.2 – Tabulação de questionários e registro em cartório

A2.3 – Lista de participantes nos fóruns

A2.4 – Levantamento junto aos parceiros do APL

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

A3.1 – Sistema de currículo Lattes (CNPQ) ou similar

A3.2 – Certificados expedidos

A3.3 – Levantamento de empresas certificadas (APPCC)

A3.4 – Levantamento no mercado financeiro – Bancos oficiais e privados

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca – SEAP/SEPROR

A4.2 – MRE/MDIC

A4.3 – Administração de Portos/DNER

A4.4 – SISCOMEX/Receita Federal

R5 - Legalizações e Licenças

A5.1 – IPAAM

A5.2 – SDS

A5.3 – FIEAM

Ao lado deste plano, sumariamente descrito, seria oportuno dispor de um plano de viabilidade para a criação de um organismo de certificação de produto no Estado do Amazonas, que opere em conformidade com a Guia ISO/IEC 65/1996. Tendo experiências acumuladas, os parceiros deste plano poderiam fornecer a consultoria para projetos específicos e assistência até o star-up operacional do organismo. Caso exista, formular o pedido de credenciamento do novo organismo à Organização Brasileira de Credenciamento.

REFERÊNCIAS

1. BUARQUE, Sérgio C.. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal *sustentável*. Brasília. 1999.
2. BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.
3. BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO, 2004.
4. BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS,
4. CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. e SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro, REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000.
5. COSTA, M. L. As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências. GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo, Ed. SENAC/SP, 2001.
6. Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM/Assessoria das Coordenadorias Técnicas (Arquivo). Manaus.
7. Governo do Estado do Amazonas - SDS/IPAAM e SEDUC. Relatório Síntese da Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente. Manaus, nov/2003.
8. Governo do Amazonas - SDS/SEAE. “Diagnóstico Preliminar para Subsidiar o Estabelecimento de Medidas Compensatórias do Gasoduto no Trecho Coari-Manaus”. Manaus, mar/2004.
9. Governo do Amazonas - SDS. “Pronunciamentos de abertura e Resultados dos Grupos de Trabalho sobre Cadeias Produtivas de Produtos Extrativos”. Volume I. Manaus, nov/2004.
10. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Extrativa Vegetal (ano 1990 a 2002).
11. Imazon-Instituto do Homem de Meio Ambiente da Amazônia. “Fatos Florestais da Amazônia 2003”. Belém, 2003.
12. MESSNER, D. Dimensiones espaciales de la Competitividad Internacional. **Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo**, ano 2, n. 3, pp. 13-40, 1996.
13. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Governo do Estado do Amazonas. “Potencialidades do Estado do Amazonas”. Manaus, dez/2001.
14. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia. “Causas e Dinâmica do Desmatamento”. Brasília, 2001.
15. Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo/SDS. “Oficina sobre a cadeia produtiva de produtos extrativos (Manaus, 03 de agosto de 2004)”.